

## TRABALHO DE CAMPO NO TERRITÓRIO CAIÇARA: UMA QUESTÃO DE TEMPOS

Vivian Cordeiro da Silva<sup>1</sup>

Manuelle Lago Marques<sup>2</sup>

Lucas Rangel Eduardo Silva<sup>3</sup>

Eduardo Vedor de Paula<sup>4</sup>

60

**Resumo.** O trabalho em campo é um dos principais recursos metodológicos da Ciência Geográfica. O projeto Território Caiçara é responsável pelo diagnóstico social e cartográfico de 18 comunidades tradicionais de pescadores artesanais e Caiçara localizadas na região do Parque Nacional do Superagui, no litoral norte do estado do Paraná, no município de Guaraqueçaba. Os territórios destas comunidades estão inseridos em áreas estuarinas e insulares, cujo acesso é unicamente via marítima. Para além dos desafios logísticos, a pesquisa junto aos sujeitos objetos de estudo revelaram a complexidade da prática de campo junto às comunidades tradicionais, já que as variáveis de planejamento estão atreladas a diferentes temporalidades. A interseção entre o tempo das comunidades, o tempo da natureza e o tempo das instituições desafia o planejamento de campo, e é necessário assumir que há uma certa imprevisibilidade no trabalho junto a comunidades tradicionais.

**Palavras-chave:** Planejamento de campo; comunidades tradicionais; pescadores artesanais; Áreas Protegidas; Território Caiçara.

---

<sup>1</sup>Especialista em Análise Ambiental e Graduada em Geografia, Universidade Federal do Paraná, vivian.cordeiro@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0002-5330-5129>.

<sup>2</sup>Mestre em Organização e Gestão do Território e Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, m.lago@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0001-5383-6627>.

<sup>3</sup>Engenheiro Ambiental e Mestrando em Geografia, Universidade Federal do Paraná, lucas.rangel@ufpr.br, <https://orcid.org/0009-0009-3308-2659>.

<sup>4</sup>Mestre e Doutor em Geografia, Universidade Federal do Paraná, edugeo@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0002-1847-0161>.

### FIELDWORK IN THE CAIÇARA TERRITORY: A MATTER OF TIMES

**Abstract.** Fieldwork is one of the main methodological resources in geographical science. The Caiçara Territory Project is responsible for the social and cartographic diagnosis of 18 traditional communities of artisanal fishermen and Caiçara located in the Superagui National Park region, on the north coast of the state of Paraná, in the municipality of Guaraqueçaba. These communities' territories are in estuarine and insular areas, which can only be accessed by sea. Beyond logistical challenges, the research about subject of study revealed the complexity of field practice with traditional communities, because planning variables are tied to different temporalities. The intersection of community time, nature time, and institutional time challenges field planning, and it is necessary to assume a certain unpredictability in working with traditional communities.

**Keywords:** Fieldwork Planning; Traditional Communities; Artisanal Fishermen; Protected Areas; Caiçara Territory.

### TRABAJO DE CAMPO EN EL TERRITORIO CAIÇARA: UNA CUESTIÓN DE TIEMPOS

**Resumen.** El trabajo de campo es uno de los principales recursos metodológicos de la ciencia geográfica. El Proyecto Territorio Caiçara es responsable por el diagnóstico social y cartográfico de 18 comunidades tradicionales de pescadores artesanales y Caiçara ubicadas en la región del Parque Nacional Superagui, en la costa norte del estado de Paraná, en el municipio de Guaraqueçaba. Los territorios de estas comunidades están ubicados en áreas estuarinas e insulares, a las que sólo se puede acceder por vía marítima. Además de los desafíos logísticos, la investigación junto a los sujetos objeto de estudio reveló la complejidad de la práctica de campo junto a las comunidades tradicionales, ya que las variables de planificación están vinculadas a diferentes temporalidades. La intersección entre el tiempo de las comunidades, el tiempo de la naturaleza y el tiempo de las instituciones desafía la planificación de campo, y es necesario asumir que hay una cierta imprevisibilidad en el trabajo con comunidades tradicionales.

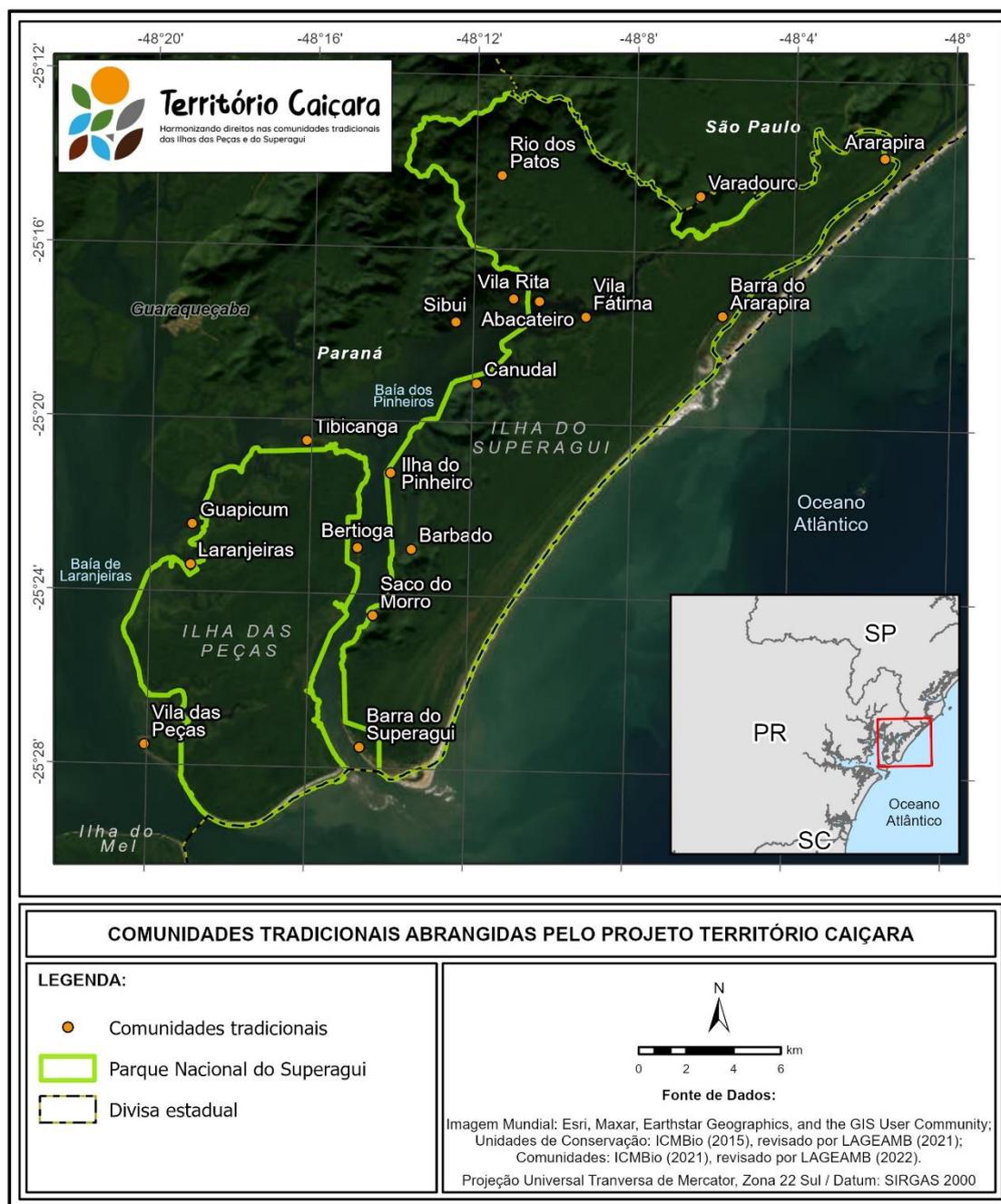
**Palabras clave:** Planificación de Campo; Comunidades Tradicionales; Pescadores Artesanales; Áreas Protegidas; Territorio Caiçara.

## Introdução

Em 2021, teve início o Projeto Território Caiçara, executado pelo Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (Lageamb) da Universidade Federal do Paraná. Derivado de condicionante estabelecida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no âmbito do licenciamento da Etapa III do Pré-Sal na Bacia de Santos pela Petrobras, o projeto tem como objetivo a realização de um diagnóstico social e cartográfico junto a 18 comunidades tradicionais localizadas na região do Parque Nacional do Superagui (PNS) (Rodrigues et al., 2022).

Criado pelo Decreto Federal nº 97.688 de 25 de abril de 1989, o Parque Nacional do Superagui é um Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral e está localizado no município de Guaraqueçaba, no litoral norte do Paraná. A Lei Federal nº 9.513 de 20 de novembro de 1997 ampliou os limites da UC, e atualmente sua área contempla aproximadamente 34 mil hectares dentre as ilhas do Superagui, das Peças e o vale do rio dos Patos (Figura 1).

Nesta região, residem historicamente populações tradicionais Caiçara e de pescadores artesanais, que pleiteiam o reconhecimento de seu território através da definição de uma política de regularização fundiária adequada a natureza dos seus modos de vida.



**Figura 1** - Cartograma de localização das comunidades.

Fonte: Projeto Território Caçara (2024).

Das 18 (dezoito) comunidades tradicionais estabelecidas no âmbito do diagnóstico, 9 estão localizadas no interior do perímetro do PNS, e outras 9 estão em seu entorno imediato, fora dos limites efetivos desta UC. Além do PNS, incidem sobre os territórios tradicionais destas comunidades, as Áreas de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba

(Federal – Decreto Federal nº 90.883 de 31 de janeiro de 1985 e Lei Federal nº 9.513 de 20 de novembro de 1997 e Estadual – Decreto Estadual nº 1.228 de 27 de março de 1992), a Estação Ecológica de Guaraqueçaba (Decreto Federal nº 87.222 de 31 de maio de 1982, o Tombamento da Ilha do Superagui (Processo nº 001/85, inscrição nº 15-I) e as Terras da União/Terrenos de Marinha<sup>5</sup>.

Algumas das comunidades abrangidas pelo projeto estão organizadas no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR). O Movimento, através de seu Protocolo de Consulta, estabeleceu o atendimento às etapas de Consulta Livre, Prévia e Informada pelas instituições públicas relacionadas no processo de diagnóstico, o qual foi atendido, conforme previsto pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989.

Considerando os produtos estimados pelo Projeto e a complexidade do objeto de pesquisa, qual seja, o território caiçara, foram estabelecidas cinco (5) etapas para a realização do diagnóstico social e cartográfico das 18 comunidades tradicionais:

Etapa 0 – Processo de Consulta Livre, Prévia e Informada;

Etapa 1 – Planejamento e mobilização comunitária;

Etapa 2 – Mapeamento cartográfico e fundiário;

Etapa 3 – Cadastramento físico, jurídico e social e mapeamento genealógico;

Etapa 4 – Apresentação e validação dos resultados junto às comunidades.

Considerando estas cinco etapas e as diferentes variáveis sociais, culturais, institucionais e ambientais que as orientam, no contexto do Projeto Território Caiçara, o trabalho de campo torna-se um desafio. Isto porque tem como substrato diferentes tempos, dos quais se consideram: o tempo das comunidades, o tempo da natureza e o tempo das instituições.

---

<sup>5</sup> Segundo o Art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760/1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, são delimitados como terrenos de marinha, aqueles situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e das lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés (Costa, Paz; Paula, 2023, p. 303-304).

SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*

DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550

O presente relato de experiência pretende apresentar ponderações sobre algumas variáveis consideradas no trabalho de campo decorrentes da pesquisa no território caiçara, demonstrando que o esforço de planejamento resulta, sobretudo, da necessidade de conciliar as diferentes temporalidades. Esta conjunção de fatores torna imprescindível a capacidade de flexibilidade e adaptação de todos os envolvidos no trabalho de campo, mas especialmente daqueles que realizam o seu planejamento e organização. Além disso, tem-se como objetivo demonstrar que para a superação destes desafios, se torna necessário a implementação de ações de integração orientadas pela escuta dos diferentes tempos. Escuta esta fundamental para o fortalecimento de diferentes agendas no território caiçara.

### **Aspectos gerais das comunidades tradicionais do Projeto**

As 18 (dezoito) comunidades tradicionais abrangidas pelo Projeto Território Caiçara<sup>6</sup> estão localizadas no município de Guaraqueçaba, no litoral norte do Paraná. Estas comunidades estão situadas em uma região estuarina e insular, entre as Ilhas de Superagui, Peças e as porções continentais voltada para a baía dos Pinheiros. O acesso faz-se exclusivamente por meio de embarcação, através dos canais do Tibicanga, Superagui e Varadouro, que se unem formando a baía dos Pinheiros, importante sistema hídrico que faz parte do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP).

Estas comunidades são ocupadas historicamente por populações de pescadores artesanais e Caiçara, cujas origens estão baseadas no extrativismo, na pequena agricultura, na caça e na pesca. A economia local, portanto, é sustentada pelas práticas tradicionais realizadas nas florestas, mangues, no estuário e em mar aberto. Os principais recursos pescados e coletados pelas famílias são o camarão, tainha, parati, baiacu, bagre, linguado, robalo, ostra e caranguejo. A morfologia e a forma de organização socioespacial destas comunidades, portanto, estão muito ligadas à natureza e aos recursos ambientais.

---

<sup>6</sup> O período de execução do Projeto Território Caiçara é de 2021 a 2024, considerando as 5 Etapas de realização do diagnóstico social e cartográfico.

SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*

DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550

As comunidades localizadas na porção continental, voltadas para a baía dos Pinheiros, como é o caso de Vila Rita, Abacateiro e Sibuí, estão situadas na base da denominada Serra da Fazenda. As comunidades de Varadouro e de Rio dos Patos estão localizadas no interior da floresta (Figura 2). Para acessá-las, é necessário percorrer uma trilha, que varia de 30 minutos a 2 horas de caminhada.



**Figura 2:** Comunidades localizadas na porção continental de Guaraqueçaba-PR: A- Varadouro; B- Abacateiro; C- Sibuí; D- Vila Rita; E- Rio dos Patos.

Fonte: Projeto Território Caiçara (2021, 2022, 2023), adaptado pelos autores (2024).

Na ilha das Peças, caracterizada por ser uma extensa área de planície, recoberta por formações de restingas e mangues (IPARDES, 1989), estão localizadas as comunidades de Tibicanga, Bertioga, Vila das Peças, Laranjeiras e Guapicum (Figura 3). Tibicanga está situada no extremo norte da ilha, voltada para o canal do Tibicanga. Bertioga está localizada a leste da ilha, voltada para o canal do Superagui. Defronte para a baía das Laranjeiras, estão a Vila das Peças (sudoeste), e Laranjeiras e Guapicum (noroeste).



**Figura 3:** Comunidades localizadas na ilha das Peças, Guaraqueçaba-PR: A- Laranjeiras; B- Bertioga; C- Tibicanga; D- Guapicum; E- Vila das Peças.

Fonte: Projeto Território Caiçara (2021, 2022, 2023), adaptado pelos autores (2024).

A ilha do Superagui abriga a maior quantidade de comunidades de pescadores artesanais e Caiçara do Projeto. Nela estão localizadas 7 (sete) comunidades: Ararapira, Barra do Ararapira, Barra do Superagui (e Praia Deserta), Saco do Morro, Barbado, Canudal e Vila Fátima (Figura 4). Além destas, há também a Ilha do Pinheiro, atualmente sem residentes permanentes.

Ararapira e Barra do Ararapira são as comunidades mais distantes entre as demais. O seu acesso é realizado através do Canal do Varadouro, viagem que leva aproximadamente 2 horas a partir de Paranaguá. Barra do Ararapira também apresenta uma condição específica em relação ao seu acesso, já que em 2018 ocorreu o rompimento da “barra”, que levou a uma nova configuração da dinâmica costeira na região.

A comunidade de Barra do Superagui é a maior comunidade abrangida pelo Projeto, tanto em população quanto em área ocupada. É um dos pontos turísticos mais

conhecidos do litoral norte do Paraná. Para chegar na comunidade desde Paranaguá, há duas opções: pelo trajeto mais curto é necessário passar pela “barra”, onde as ondas são mais fortes e oferecem maior risco à navegação; e pelo trajeto mais longo, que atravessa a baía das Laranjeiras e contorna toda a ilha das Peças, até chegar no canal do Superagui. Na Praia Deserta, com seus mais de 30 quilômetros de extensão, estão localizadas algumas casas isoladas, cujo acesso se faz a partir de Superagui, somente a pé ou de bicicleta.



**Figura 4:** Comunidades localizadas na ilha do Superagui e ilha do Pinheiro, Guaraqueçaba-PR: A- Vila Fátima; B- Barra do Superagui; C- Ararapira; D- Barbado; E- Barra do Ararapira; F- Saco do Morro; G- Ilha do Pinheiro; H- Canudal.

Fonte: Projeto Território Caiçara (2021, 2022, 2023), adaptado pelos autores (2024).

As comunidades de Saco do Morro, Barbado, Canudal e Ilha do Pinheiro podem ser caracterizadas pela sua posição em relação aos morros. Todas estas comunidades se desenvolveram no sopé das elevações existentes na ilha do Superagui – morro da Colônia, morro do Barbado e morro do Canudal, respectivamente. Por fim, a

comunidade de Vila Fátima, situada em área de planície defronte para um extenso baixio<sup>7</sup> denominado de “coroa” localizado no Canal do Varadouro.

Somente algumas comunidades possuem trapiche para embarque e desembarque de moradores e passageiros. As que não possuem, o embarque e desembarque precisa ser feito na beira d’água, muitas vezes em áreas de mangue.

Com exceção das comunidades localizadas na ilha das Peças e da Barra do Superagui, todas as demais não possuem energia elétrica cabeada. Desta forma, é comum que as casas sejam equipadas com uma placa solar e bateria, que permite acender algumas lâmpadas no período noturno. Algumas famílias possuem gerador à diesel, lhes dando um pouco mais de autonomia, quando se torna possível obter o combustível.

A disponibilidade de sinal de internet é limitada, tornando mais difícil o contato remoto, e a utilização de aplicativos de banco para pagamentos de serviços se torna dificultoso, demandando o uso de dinheiro, em diversas ocasiões.

### **Os trabalhos de campo no Projeto Território Caiçara**

Diferentes áreas do conhecimento utilizam do trabalho de campo como recurso para imergir na pesquisa e na produção do conhecimento, diferenciando-se nos preceitos, nos métodos e objetivos (Suertegaray, 2002; Kaiser, 2017). Na Geografia, o trabalho de campo fundamenta o reconhecimento, reflexão, leitura e interpretação sobre a realidade do objeto estudado.

Em geral, os trabalhos de campo são divididos em três fases: (1) **pré-campo**, que consiste no planejamento e organização da pesquisa *in loco*; (2) **campo**, que consiste na realização do trabalho *in loco*; e (3) **pós-campo**, que diz respeito ao processamento dos dados levantados, interpretação e elaboração de resultados e informações (Neves, 2015).

---

<sup>7</sup> Elevação do fundo submarino formada por material inconsolidado, geralmente arenoso, podendo, contudo, ser argiloso ou conchífero, e situado a menos de 20m de profundidade (IBGE, 2004). Disponível em [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/livros\\_digitais/dicionario/2004\\_liv\\_vocabulario\\_basico\\_recursos\\_naturais\\_meio\\_ambiente.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/livros_digitais/dicionario/2004_liv_vocabulario_basico_recursos_naturais_meio_ambiente.pdf). Acesso em 19 de junho de 2024.

No âmbito do Projeto Território Caiçara, estas fases do trabalho de campo ainda são submetidas a “uma questão de tempos”, dos quais podem se desdobrar em três categorias:

- O tempo das comunidades tradicionais, que abrange as variáveis relacionadas às condições culturais, econômicas, sociais e produtivas da comunidade em questão.
- O tempo da natureza, que abrange as variáveis relacionadas às componentes ambientais, dos fenômenos naturais e meteorológicos.
- O tempo institucional, que abrange as variáveis relacionadas às instituições e as respectivas atribuições, diretrizes e metas envolvidas no âmbito de cada uma.

Cada campo é realizado com um objetivo específico, pré-estabelecido em relação a cada Etapa de realização do diagnóstico social e cartográfico das 18 comunidades tradicionais. Em geral, os trabalhos de campo são planejados para ocorrer em blocos, dos quais envolvem de duas (2) a quatro (4) comunidades por campanha, a depender do objetivo do campo, do público envolvido, do tamanho da área, das distâncias entre os locais, e da disponibilidade da comunidade.

Dentre as cinco (5) Etapas, o processo de consulta e de planejamento (**Etapas 0 e 1**) estão relacionadas a articulação prévia com as comunidades, e os demais atores envolvidos no processo de construção do diagnóstico: instituições como o ICMBio, a SPU, Petrobras, UFPR, MOPEAR, entre outros. Durante o levantamento de dados primários *in loco* (**Etapas 2 e 3**) é demandado a mobilização de equipes maiores e reserva de equipamentos. As reuniões de apresentação e validação dos resultados (**Etapa 4**) – apeladas de “devolutivas” – junto às comunidades tradicionais, também realizadas em blocos, são mais desafiadoras no que concerne a conciliação de agendas institucionais existentes.

O formato de planejamento do trabalho de campo também varia em função do grau de complexidade do objeto e área de estudo. Uma série de especificidades podem ser observadas quando se fala no planejamento, execução e análise das informações de

campo em comunidades tradicionais, mais especificamente de pescadores artesanais e caiçara.

O Quadro 1 apresenta algumas das diferentes variáveis pensadas no âmbito do planejamento dos campos do Projeto Território Caiçara. Estas atividades independem das comunidades que são visitadas, sendo aplicável a todos os trabalhos de campo realizados no âmbito do Projeto.

Quadro 1 - Atividades pré-campo em relação à respectiva categoria de tempo.

Tempo-comunidade	Tempo-institucional	Tempo-natureza
Comunidades visitadas	Objetivo do campo	Incidência de luz solar
Calendário de cultos, missas e festejos	Data do campo	Tábua de marés
Safras e períodos de defeso	Equipe de campo	Calendário lunar
Calendário do movimento social e associações locais	Disponibilidade das instituições	Previsão de ventos e chuva
Contato com lideranças locais e/ou representantes da comunidade	Distância entre comunidades e tempo de deslocamento	Período de ocorrência de butuca/mutuca
Local de reunião	Cálculo de combustível	
Disponibilidade de energia elétrica	Recursos financeiros	
Local de pouso	Reserva de equipamentos	
Local de alimentação	Materiais e impressões para campo	
Sinal de internet		

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As atividades listadas no quadro possuem tanto interseções dentro da própria categoria na qual foi classificada, como entre as diferentes categorias. Os resultados a serem apresentados na seção a seguir buscarão relacionar algumas destas variáveis quanto aos diferentes tempos, visando trazer para a reflexão como cada atividade é pensada, e como de fato influencia na dinâmica do planejamento, execução e nos resultados dos trabalhos de campo no território caiçara.

## Resultados e discussões

Desde que se iniciou o Projeto Território Caiçara em 2021 até o presente momento (2024), foram realizadas mais de 100 campanhas de trabalho de campo, tanto com destino às comunidades tradicionais do escopo do Projeto, quanto com destino à sede de Guaraqueçaba ou Paranaguá. Cada campanha apresenta um objetivo diferente, estabelecido de acordo com a Etapa do diagnóstico a qual se encontra. O Quadro 2 apresenta uma relação simplificada da quantidade de campos realizadas em cada um dos anos efetivos do Projeto.

Quadro 2 - Relação da quantidade de trabalho de campo do Projeto Território Caiçara por ano (2021-2024).

Ano	Qtd. de campos realizados	Nº de dias de permanência em campo	Qtd. de pessoas (equipe) <sup>8</sup>	Nº de visitas às comunidades <sup>9</sup>
2021	10	32	51	29
2022	36	98	156	58
2023	39	124	180	43
2024	16	28	56	11
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>282</b>	<b>443</b>	<b>141</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Apesar dos reflexos da pandemia de Covid-19 (Rodrigues et al., 2022, p. 07), após a vacinação contra a doença, no ano de 2021 e parcialmente no ano de 2022 foram realizados os primeiros trabalhos de campo do Projeto Território Caiçara, relacionados especialmente às Etapas 0 e 1, do Plano de Consulta<sup>10</sup> e Planejamento e mobilização comunitária. Nestas etapas, além de informar e consultar as comunidades sobre a realização do projeto, buscou-se compreender as diversas variáveis relacionadas aos

<sup>8</sup> A coluna “Qtd. de pessoas (equipe)” diz respeito a quantidade de pessoas da equipe do Projeto Território Caiçara que foram envolvidas no trabalho de campo no decorrer do respectivo ano. Deve-se considerar que os membros que compõem a equipe do Projeto são mobilizados para várias campanhas ao longo do ano.

<sup>9</sup> A coluna “Nº de visitas às comunidades” se refere a quantidade de viagens realizadas cujo destino final se trata de uma das 18 comunidades tradicionais abrangidas pelo escopo do Projeto.

<sup>10</sup> O Plano de Consultas é uma das etapas do Protocolo de Consulta do MOPEAR, de 2017. Nesta etapa, define-se a forma de consulta que será estabelecida junto às comunidades tradicionais, a partir do diálogo entre movimento social organizado, Universidade e demais interlocutores. Em virtude da Pandemia de Covid-19, a maior parte das reuniões do Plano de Consulta foram realizadas remotamente (Rodrigues et al., 2022).

tempos da natureza, tempos da comunidade e aos tempos institucionais. Algumas são continuamente determinantes no processo de planejamento dos trabalhos de campo.

Primeiramente, é imprescindível conhecer e respeitar os períodos de safra e de defeso de cada uma das principais espécies que são base da economia para os pescadores artesanais. Por exemplo, durante a safra do caranguejo (ou na “catada”, como alguns caiçara chamam), comunidades inteiras se mobilizam à prática. As safras estão diretamente relacionadas com o calendário lunar, pois as fases da lua influenciam na disponibilidade de caranguejos e, conseqüentemente, no valor pago pela dúzia. Caso para se atingir o objetivo do trabalho do campo for necessária a mobilização da comunidade como um todo, é preferível escolher outra data, de preferência durante os períodos de defeso, nos quais ficam proibidos a pesca e/ou extração de determinado recurso, e quando os moradores são mais facilmente encontrados nas comunidades.

Da mesma maneira, realizar o planejamento do trabalho de campo considerando os calendários de cultos, missas e festejos (culturais e religiosos) das comunidades é de suma importância. No Território Caiçara, as tradições e manifestações são fortemente presentes e balizam o cotidiano de grande número de famílias. Ao menos 11 das 18 comunidades abrangidas pelo Projeto possuem igrejas católicas e comemoram em alguma data com grandes festejos o dia do padroeiro ou padroeira. Desta forma, não poderão ser marcadas reuniões ou eventos relacionados à pesquisa em datas como estas, como por exemplo no período da romaria do Divino Espírito Santo, quando muitos moradores se deslocam para Iguape.

A partir de 2022 deu-se início às Etapas 2 e 3 do Projeto, respectivas aos levantamentos de mapeamento cartográfico e fundiário e ao cadastramento físico e social das famílias ocupantes nas comunidades. Estas etapas se estenderam no decorrer do ano de 2023, ao longo de qual foram dedicados mais de 120 dias em campo, e mais de 40 visitas às comunidades abrangidas pelo estudo.

Nas Etapas 2 e 3, são mobilizadas uma equipe maior, necessárias para a execução do cronograma de atividades previstas, que vão desde a realização de atividades de cartografia participativa, imageamento com aeronaves remotamente pilotadas (ARP),

oficinas de genealogia e parentesco e cadastramento socioeconômico. A mobilização de mais pessoas para os campos tem reflexos desde a solicitação de recursos à fundação de gestão financeira – FUNPAR, a reserva dos meios de transporte (carro e embarcação), o empréstimo de equipamentos e recursos (como *walkie-talkies*, gravadores, drones), até a reserva dos espaços para pouso e alimentação.

No Projeto Território Caiçara, menos da metade das comunidades abrangidas possui algum tipo de infraestrutura para os pernoites da equipe. A falta de energia elétrica em pelo menos 9 comunidades tradicionais, a maioria delas na Ilha do Superagui, implica na limitação dos serviços de base. A alimentação, por exemplo, depende de reserva antecipada, já que onde não há energia elétrica existe maior dificuldade no armazenamento de alimentos perecíveis. Diante disso, adotou-se como princípio o revezamento na contratação de pouso e alimentação nas comunidades, de modo a contribuir com a circulação dos recursos financeiros entre os proprietários de pequenos comércios e serviços. Compreender o tempo de luz natural disponível – que varia de acordo com a época do ano, e com a posição da comunidade em relação aos morros, para a execução das atividades previstas pode ser útil, tanto para definir os horários de chegada e saída da comunidade, quanto para definir o horário das reuniões e os tipos de materiais a serem elaborados e utilizados.

A Etapa 4, referente à Apresentação dos Resultados iniciou-se em 2024. Até o momento, foram realizadas 16 campanhas de campo, mobilizando 56 pessoas em 28 dias no Território Caiçara. Nesta Etapa, há um grande desafio relacionado à conciliação das agendas dos diferentes atores envolvidos no processo das “devolutivas”. Trata-se do tempo institucional a ser conciliado com o tempo comunidade, de modo que haja uma efetiva troca e comprometimento entre os agentes envolvidos. Elemento que reúne variáveis que influenciam não só no planejamento do trabalho de campo, mas também na qualidade da futura regularização fundiária que deverá ocorrer na região.

A definição dos objetivos de campo está relacionada com as datas de medições estabelecidas em contrato entre Universidade e agente financiador (Petrobras). Com os objetivos definidos, é possível estabelecer quais comunidades deverão ser visitadas, considerando as distâncias e o tempo de deslocamento entre elas. Estas variáveis, por

SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*

DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550

sua vez, refletem na quantidade de combustível marítimo consumido nos trajetos entre as vilas, com impacto direto nas despesas. Ainda, a variação das marés (enchente e vazante) nestas comunidades, especialmente nas que não possuem trapiche, torna ainda mais desafiador a conciliação das variáveis neste planejamento.

A solicitação dos recursos financeiros para a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR) é mais um dos desafios, pois diante de um cenário de imprecisão, é necessário estimar recursos como: diárias pessoais, diárias de barco, ordem de fornecimento para liberação de combustível, contratação de merenda, entre outras. Por vezes, todo o planejamento logístico, financeiro, de pessoal e comunitário é revisto em razão do mau tempo, o que impacta não somente na redefinição de toda a campanha de campo, mas também no orçamento do Projeto.

Por se tratar de um projeto interinstitucional, que é realizado entre Universidade e instituições parceiras, é necessário alinhar agendas muito específicas e a disponibilidade restrita dos atores. A definição da equipe de campo, considerando, inclusive, os atores institucionais, tem relação com outras variáveis de planejamento, já que pode envolver custos com adicional de diária para embarcação, combustível, local para pouso e alimentação. Por isso é crucial ter bem estabelecido qual será a equipe que irá compor o campo.

Os trajetos realizados ao longo do Projeto Território Caiçara, até o momento, somaram aproximadamente 5400 milhas náuticas<sup>11</sup> de navegação marítima. Este número diz respeito as 141 visitas realizadas as 18 comunidades entre junho de 2021 e junho de 2024, aos trajetos realizados para buscar as equipes em Paranaguá ou Guaraqueçaba, e outras atividades relacionadas que envolveram o deslocamento de embarcações próprias de pescadores em compromisso ligados ao Projeto, como foi o caso do Curso de Capacitação em Regularização Territorial<sup>12</sup>, realizado entre setembro de 2022 e

---

<sup>11</sup> O que equivale a cerca de 10 mil quilômetros.

<sup>12</sup> O “Curso de Capacitação em Regularização Territorial de comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras” foi uma demanda do MOPEAR durante a definição do Plano de Consultas. Executado entre setembro de 2022 e dezembro de 2023, teve como objetivo promover o debate sobre questões como tradicionalidade, territorialidade, regularização fundiária e reconhecimento de direitos.

dezembro de 2023 de maneira itinerante e com a participação de representantes de diversas comunidades.

Cabe destacar que a configuração estuarina e insular das comunidades abrangidas determinam uma série de variáveis muito específicas na execução dos trajetos marítimos. A variação das marés – vazantes ou enchentes – implicam diretamente nas distâncias percorridas pelas embarcações. Além disso, interferem na possibilidade de acesso a determinada comunidade, especialmente quando não há infraestrutura para embarque/desembarque, como trapiches, por exemplo.

### **Considerações finais**

O conjunto de atividades contidas em todas as etapas do trabalho de campo devem estar engajadas na realidade à qual se insere. O projeto Território Caiçara, oriundo de uma condicionante estabelecida durante um processo de licenciamento e definido por uma Especificação Técnica pontual e objetiva, foi sendo moldado de modo a caracterizar-se por um processo de escuta. Escuta aos diferentes públicos, pensamentos e tempos.

Neste relato de experiência buscou-se descrever o contexto de realização de um diagnóstico em que fosse possível não só abranger a complexidade do território caiçara do litoral norte paranaense, mas também respeitar os processos locais de Consulta Livre, Prévia e Informada, e as demandas comunitárias e institucionais no levantamento de dados.

Como foi apresentado, o eixo metodológico principal deste processo foi o trabalho de campo, pois o objetivo central do projeto referiu-se ao levantamento de informações primárias, estabelecendo-se como uma ponte para o diálogo entre comunidades e instituições. Neste processo, mostrou-se fundamental o olhar atento da equipe da Universidade aos diferentes tempos que compunham as lógicas presentes durante sua realização. Mais ou menos (im)previsíveis, os tempos-comunidade, tempos-institucionais e tempos-natureza demandaram da coordenação do projeto e de todos os envolvidos sucessivas adaptações. Sejam elas no campo pessoal, institucional,

SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*

DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550

comunitário, orçamentário, estas adaptações se baseavam nas variáveis apontadas ao longo deste relato de experiência.

Seja pelas datas dos festejos religiosos, pelas safras de caranguejo e períodos de defeso, pelas agendas das instituições, pelas limitações financeiras ou pela tábua das marés, as mais de 100 campanhas de campo do Projeto se traduziram por uma questão de tempos. Não sem dificuldades, a percepção, a articulação e o respeito a estas diferentes temporalidades permitiram que um primeiro passo fosse dado para o reconhecimento territorial das comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e caiçara na região do Parque Nacional do Superagui. Espera-se que esta articulação esteja presente na fase seguinte de oitivas para a regularização fundiária local, e que ela sirva de inspiração para outros trabalhos da ciência geográfica que estejam relacionados aos povos e comunidades tradicionais.

## Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760**, de 05 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 5 de setembro de 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9760.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm). Acesso em 21/03/2024.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 87.222**, de 31 de maio de 1982. Cria as Estações Ecológicas do Seridó, Serra das Araras, Guaraqueçaba, Caracará e dá outras providências. Brasília, 31 de maio de 1982. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1982/D87222.html#:~:text=Cria%20as%20Esta%C3%A7%C3%B5es%20Ecol%C3%B3gicas%20do,Caracara%C3%AD%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1982/D87222.html#:~:text=Cria%20as%20Esta%C3%A7%C3%B5es%20Ecol%C3%B3gicas%20do,Caracara%C3%AD%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em 21/03/2024.
- BRASIL. **Decreto nº 90.883**, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Brasília, DF, 31 de janeiro de 1985. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1985/d90883.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d90883.htm). Acesso em: 11/03/2024.
- BRASIL. **Decreto nº 97.688** de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências, Brasília, DF, 25 de abril de 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d97688.htm#:~:text=DECRETO%20No%2097.688%2C%20DE,o%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97688.htm#:~:text=DECRETO%20No%2097.688%2C%20DE,o%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art).
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.513**, de 20 de novembro de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989., Brasília, DF, 20 de novembro de 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19513.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.513%2C%20DE%2020%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201997.&text=Amplia%20os%20limites%20do%20Parque,25%20de%20abril%20de%201989](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19513.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.513%2C%20DE%2020%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201997.&text=Amplia%20os%20limites%20do%20Parque,25%20de%20abril%20de%201989).
- COSTA, Leticia Nunes; PAZ, O. L. S.; PAULA, E. V. Terrenos de Marinha nas Áreas Ocupadas em Linha de Costa Estuarina no Litoral Norte do Paraná. **REVISTA CERRADOS (UNIMONTES)**, v. 21, p. 302-324, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 2ª ed, 2004. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/livros\\_digitais/dicionario/2004\\_liv\\_vocabulario\\_basico\\_recursos\\_naturais\\_meio\\_ambiente.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/livros_digitais/dicionario/2004_liv_vocabulario_basico_recursos_naturais_meio_ambiente.pdf).
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2001. 150 p. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-de->
- SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*  
DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550

guaraquecaba/arquivos/PM\_APA\_Guaraquecaba\_\_\_zoneamento\_apa\_guaraquecaba\_1.pdf

KAYSER, B. (2017). O GEÓGRAFO E A PESQUISA DE CAMPO. Boletim Paulista De Geografia, (84), 93–104. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/730>

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR. Protocolo de Consulta aos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Caiçaras de Guaraquecaba-PR. 2017

NEVES, K. F. T. V. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia**: reflexões sobre a prática docente na educação básica / Karina Fernanda Travagim Viturino. – Ilhéus: Editus, 2015. 139p.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 1.228** de 27 de março de 1992. Cria a Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraquecaba, localizada no município de Guaraquecaba, com o objetivo de assegurar a proteção de área representativa da floresta atlântica. Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/4237\\_20200227\\_155804.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4237_20200227_155804.pdf). Acesso em 21/03/2024.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 1.211** de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Ilha do Superagui – Guaraquecaba – Livro Tombo I – Inscrição 15 – Página 15. Coordenação do Patrimônio Cultural, Livro do Tombo do Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, 10 de julho de 1985. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Ilha-do-Superagui-Guaraquecaba>. Acesso em 21/03/2024.

RODRIGUES, T. D.; PAULA, E. V.; MARQUES, M. L.; FROES, R. P.; CESARIO, V. V.; CONDRATI, L. H.; PAMPLONA, C. M. P. Condicionantes socioambientais e Protocolos de Consulta: o caso do projeto Território Caiçara. Rio Oil & Gas 2022: Sessões Técnicas Digitais e Presenciais: Technical Sessions. Disponível em: <https://biblioteca.ibp.org.br/scripts/bnmapi.exe?router=upload/35079>.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In **Geografia Física Geomorfologia**: uma releitura. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018. 2ª ed. 126 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf).

**Data de Submissão: 08/07/2024**

**Data da Avaliação: 12/07/2024**

SILVA, V., SILVA, L., MARQUES, PAULA, *Trabalho de Campo no Território Caiçara: uma questão de tempos*  
DOI: 10.51308/continentes.v1i24.550